

CONCURSO PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS

Nº FSUE - 99 – 2019 - 01

Fundo de Solidariedade da União Europeia (FSUE) - Apoio
na sequência dos incêndios que afetaram o Norte e o
Centro de Portugal Continental em julho e agosto de 2017
e 15 de outubro de 2017

INFRAESTRUTURAS MUNICIPAIS

22.07.2019

Índice

Preâmbulo	3
1. Objetivos	5
2. Tipologia das operações	5
3. Entidades beneficiárias	6
4. Área geográfica de aplicação	6
5. Condições de acesso	6
6. Regras e limites à elegibilidade de despesas	6
8. Forma e limites dos apoios	7
9. Obrigações dos beneficiários	7
10. Procedimentos de análise, seleção e decisão das candidaturas	8
11. Modalidades, procedimentos e prazo para apresentação das candidaturas	9
12. Dotação indicativa do fundo a conceder	9
13. Pagamentos ao beneficiário	9
14. Divulgação de resultados e pontos de contacto	10
Anexo - Lista dos municípios elegíveis	11

Preâmbulo

Portugal sofreu durante o Verão de 2017, vários e prolongados incêndios florestais, nas regiões norte e centro, devido à reunião de diversas condições meteorológicas extremas, elevadas temperaturas, ventos muito fortes e baixa humidade relativa.

Nessa sequência foi preparado e apresentado pelo Estado Português à Comissão Europeia um pedido de contribuição financeira do Fundo de Solidariedade da União Europeia (FSUE), instituído pelo Regulamento (CE) n.º 2012/2002 do Conselho, de 11 de novembro de 2002, na sua atual redação.

O pedido de contribuição financeira do FSUE, apresentado pelo Estado Português, foi aprovado através da Decisão de Execução da Comissão CCI 2017PT16SPO001, de 20 de junho de 2018, que atribui a Portugal uma dotação global de cerca de 50,6 ME, cabendo ao Estado Português proceder à seleção das operações a financiar pelo Fundo, atento, desde logo, à sua insuficiência face ao montante global dos danos verificados e incluídos no pedido de contribuição apresentado pelo Estado Português.

Para fazer face aos prejuízos provocados pelos incêndios de junho e pelos incêndios de julho e agosto, foram utilizados como mecanismos de apoio à reposição de infraestruturas municipais, respetivamente, os fundos estruturais, e os fundos nacionais, através do Fundo de Emergência Municipal.

O FSUE foi destinado a apoiar a reposição de infraestruturas municipais afetadas pelos incêndios de 15 de outubro 2017, tendo a autoridade de gestão do Programa Operacional de Assistência Técnica, entidade responsável pela gestão, acompanhamento e execução do FSUE, a quem cabe, nos termos do Despacho n.º 8460/2018, de 17 de agosto de 2018, do Secretário de Estado do Desenvolvimento e Coesão, publicado Diário da República, 2.ª série, n.º 168, 31 de agosto de 2018, que aprova o Regulamento Nacional de Aplicação do FSUE, a análise e a decisão das candidaturas específicas dos beneficiários finais do apoio a financiamento pelo Fundo, aberto concurso, em 31 de agosto de 2018, ao abrigo do n.º 1 do artigo 7.º do citado Regulamento, através do Aviso Nº FSUE - 99 - 2018 - 01.

Apresentaram candidaturas no âmbito do referido Aviso, os Municípios elegíveis nos termos do Anexo I do Aviso Nº FSUE - 99 - 2018 - 01, que no prazo para a apresentação das candidaturas reuniam as condições de elegibilidade previstas nos pontos 2, 3 e 4 do Aviso.

Por decisões de 19/02/2019 e de 15/04/2019, da autoridade de gestão do Programa Operacional de Assistência Técnica, e após audiência de interessados nos termos do Código do Procedimento Administrativo (CPA), viram as suas candidaturas aprovadas os municípios de Arouca, Castelo de Paiva, Monção, Arganil, Cantanhede, Carregal do Sal, Góis, Gouveia, Guarda, Lousã, Mangualde, Mira, Mortágua, Nelas, Oleiros, Oliveira de Frades, Oliveira do

Hospital, Pampilhosa da Serra, Penacova, Santa Comba Dão, Seia, Sertã, Tábua, Tondela, Vagos, Vila Nova de Poiares, Vouzela e CIM Viseu Dão Lafões.

Não conformado com os critérios de elegibilidade dos beneficiários para efeitos do Aviso N.º FSUE - 99 - 2018 - 01, o município de Mação apresentou, junto do Tribunal Administrativo e Fiscal (TAF) de Leiria, pedido cautelar e intentou a correspondente ação administrativa com vista a obter a anulação deste Aviso e a sua consequente admissão a concurso.

Por sentença de 04 de julho de 2019, proferida no Processo n.º 1195/18.2BELRA, veio o TAF de Leiria julgar parcialmente procedente o pedido formulado por aquele município. Em consequência, anulou o Aviso n.º FSUE - 99 - 2018 - 01, impondo a adoção das condutas necessárias para a reabertura do concurso ao FSUE, mediante republicação do Aviso.

Em conformidade, atento o imperativo legal de dar cumprimento à sentença judicial identificada, a autoridade de gestão do Programa Operacional de Assistência Técnica determinou a respetiva execução, mediante a anulação do Aviso n.º FSUE - 99 - 2018 - 01 e de abertura de novo concurso ao FSUE, estendendo-o aos demais municípios afetados pelos incêndios que haviam sido objeto de apoio através do Fundo de Emergência Municipal (FEM). No caso dos municípios afetados pelos incêndios de junho de 2017 foi já assegurado o apoio integral, por via dos Fundos Estruturais e do FEM, pelo que se encontra assegurado o cumprimento do princípio de igualdade.

Desta forma, estão criadas as condições para que os municípios atingidos pelas referidas catástrofes possam ver ressarcidos os danos incorridos, em condições de igualdade e de acordo com as regras próprias do FSUE e do montante da dotação disponível.

O novo Aviso, em substituição do Aviso anulado, teve ainda em consideração que, nos termos conjugados do artigo 8.º do Regulamento (CE) n.º 2012/2002 do Conselho, na redação que lhe foi dada pelo Regulamento (UE) n.º 661/2014, do Parlamento Europeu e do Conselho, e da Decisão de Execução da Comissão CCI 2017PT16SPO001, de 20 de junho de 2018, a contribuição financeira do Fundo atribuída ao Estado Português, deve ser utilizada no prazo de dezoito meses a contar da data do primeiro adiantamento, ou seja, até 6 de janeiro de 2020, sob pena de perda.

Assim, impõe-se criar condições para garantir que não ocorram prejuízos, quer para os municípios aos quais foram aprovadas as respetivas candidaturas ao abrigo do anterior Aviso, quer para os municípios que venham a ter aprovadas as suas candidaturas com este Aviso. Para esse fim foi determinado, nos termos do princípio do aproveitamento dos atos, o aproveitamento de todos os atos administrativos adotados no âmbito do procedimento a que diz respeito o Aviso anulado que não se afigurem incompatíveis com a necessidade de reconstituir a situação que existiria se tal ato tivesse sido praticado sem os vícios que lhe foram assacados pelo Tribunal, sob pena do procedimento não poder vir a ser concluído dentro do prazo conferido pela Comissão Europeia para a execução das verbas atribuídas pelo

FSUE, condição sem a qual o Estado Português se verá absolutamente impossibilitado de financiar as intervenções destinadas a compensar os danos decorrentes dos incêndios que tiveram lugar, nos meses de julho, agosto e outubro de 2017.

1. Objetivos

A apresentação de candidaturas no âmbito do presente Aviso tem como objetivo financiar intervenções destinadas a compensar os danos decorrentes dos incêndios ocorridos nos meses de julho e agosto e em 15 de outubro de 2017, a serem realizadas nas regiões norte e centro de Portugal Continental, para reposição das infraestruturas danificadas de transportes, distribuição e abastecimento de água, equipamento urbano e outras infraestruturas municipais.

Considerando que os danos decorrentes dos incêndios ocorridos nos meses de julho e agosto de 2017 foram já objeto de apoio através do Fundo de Emergência Municipal (FEM), o presente Aviso compreende duas referências para apresentação de candidaturas, conforme Anexo, a saber:

- Aviso n.º FSUE - 99 - 2019 - 01, referência A) - Na referência A) o Aviso tem como objetivo financiar intervenções destinadas a compensar os danos decorrentes dos incêndios ocorridos em 15 de outubro de 2017, sendo elegíveis como seus beneficiários os municípios das regiões Norte e Centro que apresentaram candidaturas no âmbito do Aviso Nº FSUE - 99 - 2018 - 01;
- Aviso n.º FSUE - 99 - 2019 - 01, referência B) - Na referência B) o Aviso tem como objetivo financiar intervenções destinadas a compensar os danos decorrentes dos incêndios ocorridos em julho e agosto de 2017, sendo elegíveis como beneficiários os municípios das regiões Norte e Centro, que tenham beneficiado de apoios no âmbito do FEM, nos termos do Despacho n.º 7712-A/2018, publicado na 2ª série do Diário da República, de 10 de agosto de 2018.

2. Tipologia das operações

São elegíveis ao apoio concedido através da subvenção do FSUE as operações essenciais de emergência e recuperação relativas ao restabelecimento do funcionamento das infraestruturas e equipamentos, nomeadamente nos domínios da distribuição e abastecimento de água e das águas residuais, comunicações, dos transportes (nomeadamente recuperação de estradas e outras vias danificadas pelos incêndios), da proteção civil, da saúde e do ensino e de outras infraestruturas e equipamentos municipais (nomeadamente equipamento urbano, de lazer, sinalética).

Entende-se por "restabelecimento do funcionamento" a reposição das infraestruturas e dos equipamentos nas condições anteriores à ocorrência da catástrofe natural. Caso não seja juridicamente possível ou não se justifique economicamente restabelecer a situação anterior

à ocorrência da catástrofe natural, ou caso o Município decida relocalizar ou melhorar a funcionalidade da infraestrutura ou dos equipamentos afetados, a fim de melhorar a sua capacidade para resistir a futuras catástrofes naturais, apenas poderá ser considerada elegível a despesa associada à reposição da situação anterior ao incêndio.

3. Entidades beneficiárias

Os beneficiários dos apoios previstos no presente Aviso de concurso são os municípios, suas associações e as empresas municipais que apresentem uma área ardida igual ou superior a 4.500 hectares ou 10% da área do respetivo concelho, nos incêndios de julho, agosto e 15 de outubro, conforme Anexo.

4. Área geográfica de aplicação

O beneficiário do presente Aviso de concurso tem de estar localizado nas regiões norte e centro de Portugal Continental afetadas pelos incêndios ocorridos em julho, agosto e 15 de outubro de 2017.

5. Condições de acesso

- a) As candidaturas são individuais;
- b) Os beneficiários têm de demonstrar o nexo de causalidade direta entre o desastre natural e os danos sofridos;
- c) Respeitar a tipologia de operações prevista no presente aviso de concurso;
- d) Dispor dos licenciamentos e autorizações prévias à execução dos investimentos, quando aplicável;
- e) Apresentar uma caracterização técnica e uma fundamentação dos custos de investimento e do calendário de realização física e financeira.

6. Regras e limites à elegibilidade de despesas

Relativamente às operações previstas no Ponto 2, sem prejuízo de situações inevitáveis de adoção de opções mais inovadoras e sustentáveis, apenas poderão ser consideradas elegíveis as despesas associadas à reposição das infraestruturas e dos equipamentos nas condições existentes na data da ocorrência da catástrofe natural.

Os custos relativos à preparação e execução das operações, inclusive os custos relativos a peritagens técnicas essenciais, são elegíveis como parte dos custos do projeto.

O custo total das operações deve ser apresentado líquido dos prejuízos cobertos por seguros e/ou pagos por terceiros.

Os apoios a conceder no âmbito do presente aviso, acrescidos dos apoios atribuídos por outros instrumentos de financiamento nacionais ou da União Europeia, não podem ultrapassar o custo total da operação.

Os apoios a conceder têm como referencial os prejuízos identificados no levantamento inicial realizados pelas CCDR, no quadro das dotações indicadas no ponto 12 do presente aviso e do Anexo.

O imposto sobre o valor acrescentado (IVA) não constitui uma despesa elegível de uma operação, a não ser que não seja recuperável nos termos da legislação nacional em matéria de IVA.

As despesas devem ser suportadas por documentos validos contabilisticamente.

Regras e limites específicos à elegibilidade das despesas:

- Referência A) - O período de elegibilidade tem início a 15 de outubro de 2017 e termina em 30 de novembro de 2019;
- Referência B) - O período de elegibilidade tem início a 1 de julho de 2017 e termina em 30 de novembro de 2019, sendo apenas consideradas elegíveis despesas que, respeitando os critérios de elegibilidade do FSUE, não tenham sido financiadas na sua totalidade no âmbito de candidatura apoiada pelo FEM, apenas sendo considerado elegível o montante total dos documentos de despesa deduzido da contribuição já obtida através do FEM.

7. Taxas de financiamento

As despesas elegíveis identificadas no ponto anterior são financiadas até 100% pelo FSUE.

8. Forma e limites dos apoios

Os apoios a conceder no âmbito do presente regulamento revestem a natureza de uma subvenção não reembolsável sobre os custos elegíveis efetivamente incorridos e pagos.

Conforme referido no ponto 6, na definição dos montantes de incentivos a atribuir, será tido em conta o valor de prejuízos deduzido das indemnizações dos seguros/pagamentos por terceiros e outros apoios recebidos.

9. Obrigações dos beneficiários

- 1 - Executar as operações nos termos e condições aprovados.

- 2 - Permitir o acesso aos locais de realização das operações e àqueles onde se encontrem os elementos e documentos necessários ao acompanhamento e controlo do projeto aprovado.
- 3 - Dispor de um processo relativo à operação, preferencialmente em suporte digital, com toda a documentação relacionada com a mesma devidamente organizada, incluindo o suporte de um sistema de contabilidade para todas as transações referentes à operação.
- 4 - Conservar os documentos relativos à realização da operação, sob a forma de documentos originais ou de cópias autenticadas, em suporte digital, quando legalmente admissível, ou em papel, durante o prazo de três anos a contar da data do encerramento do Programa.
- 5 - Disponibilizar, nos prazos estabelecidos, os elementos que lhe forem solicitados pelas entidades com competências para o acompanhamento, avaliação de resultados, controlo e auditoria.
- 6 - Quando aplicável, cumprir os normativos em matéria de contratação pública relativamente à execução dos projetos.
- 7 - Repor os montantes indevidamente recebidos e cumprir as sanções administrativas aplicadas.
- 8 - Com exceção das operações em que se afigure possível o aproveitamento dos atos administrativos praticados e das quais conste o respetivo termo de aceitação da decisão de aprovação devidamente assinada pelo beneficiário, o não envio à autoridade de gestão, no prazo de três dias úteis a contar da notificação da decisão de aprovação, do referido termo de aceitação, determina, nos termos do n.º 1 do artigo 9.º do Regulamento Nacional de aplicação do FSUE, a anulação da decisão de aprovação da operação.

10. Procedimentos de análise, seleção e decisão das candidaturas

As candidaturas são submetidas pelos beneficiários por via eletrónica, através do portal do Portugal 2020.

A decisão final da Autoridade de Gestão do Programa Operacional de Assistência Técnica (POAT 2020) é suportada por parecer vinculativo das respetivas CCDD relativamente às operações enquadradas na sua área geográfica de atuação, cabendo-lhes ainda assegurar o seu acompanhamento e verificação.

Serão objeto de seleção as candidaturas consideradas elegíveis em matéria de enquadramento do beneficiário e do projeto, até ao limite da dotação prevista no ponto 12.

Concluída a análise das candidaturas e antes de ser adotada a decisão final, os candidatos são ouvidos no procedimento, observando as disposições do Código do Procedimento Administrativo relativas à audiência dos interessados, nomeadamente quanto à eventual intenção de indeferimento e aos respetivos fundamentos.

Ficam dispensados de apresentação de candidaturas, à luz do princípio do aproveitamento dos atos administrativos, os beneficiários que tenham apresentado candidaturas ao abrigo do Aviso n.º FSUE-99-2018-01 com decisão de aprovação, ainda que condicionada, na medida em que, dados os pressupostos em que assenta, o procedimento inerente à sua aprovação não conduzirá à adoção de decisão diversa, nem a ilegalidade assacada ao referido aviso influi no sentido das decisões de aprovação entretanto adotadas, evitando-se deste modo um excecional prejuízo para o superior interesse público que resultaria do incumprimento do prazo fixado pelo Regulamento (CE) n.º 2012/2002 do Conselho para a utilização do Fundo atribuído ao Estado Português por efeito da Decisão de Execução da Comissão CCI 2017PT16SPO001, de 20 de junho de 2018, por efeitos da repetição de toda a tramitação processual deste procedimento.

11. Modalidades, procedimentos e prazo para apresentação das candidaturas

A apresentação das candidaturas é efetuada através da submissão de formulário eletrónico no Balcão do Portugal 2020 (<https://www.portugal2020.pt/Balcao2020/>).

Para apresentar a candidatura é indispensável que o beneficiário tenha efetuado registo e autenticação no Balcão 2020. Com essa autenticação é criada uma área reservada na qual o beneficiário poderá contar com um conjunto de funcionalidades, independentemente da natureza do projeto, a Região ou o Programa Operacional a que pretende candidatar-se.

Nessa área reservada o beneficiário deve confirmar e completar os seus dados de caracterização de entidade que serão usados nas suas candidaturas ao Portugal 2020.

A apresentação da candidatura decorre entre o dia útil seguinte ao da publicação do presente aviso e as 18H00 do dia 29 de julho de 2019.

12. Dotação indicativa do fundo a conceder

A dotação FSUE a alocar ao presente aviso é 31.509.492,95€ (trinta e um milhões, quinhentos e nove mil, quatrocentos e noventa e dois euros e noventa e cinco euros).

13. Pagamentos ao beneficiário

Os pedidos de pagamento são apresentados pelo beneficiário no Balcão Portugal 2020, podendo ser efetuados a título de adiantamento e de saldo, de acordo com o seguinte:

- a) Adiantamento - com a contratualização do apoio e a comunicação do início da operação, poderá ser concedido um adiantamento inicial no montante equivalente a

25% do montante da decisão de financiamento aprovada, mediante apresentação do respetivo pedido;

- b) Reembolso das despesas efetivamente incorridas e pagas, até ao limite de 95% do montante da decisão de financiamento aprovada
- c) Saldo - o reembolso do saldo final que vier a ser aprovado

14. Divulgação de resultados e pontos de contacto

No portal Portugal 2020 (www.portugal2020.pt) os candidatos têm acesso:

- a) A outras peças e informações relevantes, nomeadamente legislação enquadradora;
- b) Suporte técnico e ajuda ao esclarecimento de dúvidas no período em que decorre o concurso;
- c) A pontos de contato para obter informações adicionais;
- d) Aos resultados deste concurso.

22/julho/2019

Presidente da Comissão Diretiva do programa Operacional Assistência Técnica

Anexo - Lista dos municípios elegíveis

REFERÊNCIA A

Montantes aprovados no Aviso N° FSUE - 99 - 2018 - 01:

Entidade	Montante FSUE aprovado ¹
Arouca	176.400,00 €
Castelo de Paiva	745.634,43 €
Monção	559.242,61 €
Arganil	3.582.409,24 €
Cantanhede	156.434,34 €
Carregal do Sal	23.091,22 €
Góis	663.455,12 €
Gouveia	220.468,04 €
Guarda	614.528,09 €
Lousã	671.086,47 €
Mangualde	36.354,00 €
Mira	1.029.673,77 €
Mortágua	743.917,46 €
Nelas	920.500,68 €
Oleiros	3.009.094,55 €
Oliveira de Frades	82.791,30 €
Oliveira do Hospital	1.336.017,30 €
Pampilhosa da Serra	2.948.854,50 €
Penacova	1.480.098,81 €
Santa Comba Dão	1.114.164,82 €
Seia	897.896,92 €
Sertão	152.093,41 €
Tábua	691.887,00 €
Tondela	1.756.620,66 €
Vagos	229.075,32 €
Vila Nova de Poiares	532.383,91 €
Vouzela	4.280.229,42 €
CIM Viseu Dão Lafões	573.268,92 €
Fornos de Algodres ²	
Total	29 227 672,31 €

1 Não inclui o montante indicativo aprovado de forma condicionada (sujeito a disponibilidade orçamental).

2 Não obstante constar do Anexo I do Aviso N° FSUE-99-2018-01 o município de Fornos de Algodres não apresentou qualquer candidatura.

REFERÊNCIA B

Montantes aprovados no Despacho n.º 7712-A/2018 de 10 de agosto de 2018:

Entidade	Montante aprovado FEM	Montante máximo FSUE
Abrantes	165 667,87 €	110 445,25 €
Alijo	23 609,28 €	15 739,52 €
Covilhã	228 782,55 €	152 521,70 €
Ferreira do Zêzere	5 446,27 €	3 630,84 €
Fundão	753 906,63 €	502 604,42 €
Mação	1 606 755,48 €	1 071 170,31 €
Proença - a - Nova	198 602,20 €	132 401,47 €
Sardoal	5 820,72 €	3 880,48 €
Torre de Moncorvo	29 110,64 €	19 407,09 €
Vila de Rei	122 840,24 €	81 893,50 €
Vila Velha de Rodão	282 189,09 €	188 126,05 €
Total	3 422 730,97 €	2 281 820,63 €